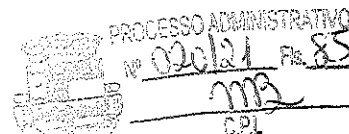


# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Controle Interno

Processo administrativo/CPL nº 020/2021  
Referência: Pregão presencial nº 002/2021 – administração, gerenciamento e intermediação de  
abastecimento da frota de veículos

## Parecer



### I – Relatório

Trata o presente de requerimento do Ilmo. Secretário Geral da Câmara Municipal de Nova Friburgo, Sr. James de Barros, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço administração, gerenciamento e intermediação de abastecimento dos veículos oficiais do Poder Legislativo.

### II – Modalidade de licitação escolhida no presente caso

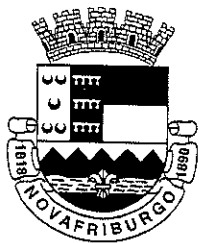
A Lei 10.520/2002 instituiu a modalidade de Licitação denominada Pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes caracterizados por padrões de desempenho e qualidade que possam se objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado.

Trata-se, portanto, de critério objetivo, cujo o enquadramento, em tese, pode ser realizado na modalidade de licitação escolhida pela Comissão de Licitação.

### III – Análise documental do processo

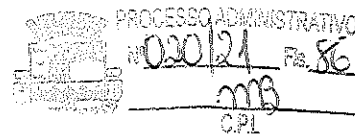
Em análise da presença da documentação constante do processo administrativo/CPL supramencionado, foi constatado o que, resumidamente, informo abaixo:

- 1- Solicitação de abertura de procedimento para a contratação do serviço e termo de referência (fls. 03/13);
- 2- Cotação de preços (fls. 14/54);



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Controle Interno



Processo administrativo/CPL nº 020/2021  
Referência: Pregão presencial nº 002/2021 – administração, gerenciamento e intermediação de abastecimento da frota de veículos

3- Informações sobre as cotações e serviços prestadas pela Presidente da Comissão de Licitações (fls. 55/56)

4 - Nota de reserva orçamentária às fls. 61/62.

Trata-se, portanto, de processo licitatório ainda em sua fase interna não concluída, cuja minuta do edital deverá passar pelo crivo jurídico da Procuradoria.

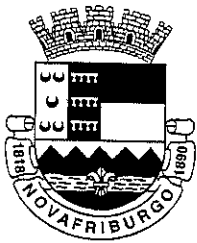
A presente análise se resume à pesquisa de preços, que tem diversas finalidades como suporte ao processo orçamentário da despesa, definir a modalidade de licitação conforme a Lei 8.666/93; fundamentar critérios de aceitabilidade de propostas; fundamentar a economicidade da compra ou contratação ou prorrogação contratual e justificar a compra no sistema de registro de preços.

Salienta-se, sobretudo, que a presente análise não identifica e nem conseguiria identificar a quantidade/qualidade do serviço requerido, que deverá ser sempre aferida durante a execução do contrato pelo respectivo gestor.

Salienta-se que o valor do combustível previsto inicialmente, utilizado de base para a formação do preço de referência da taxa de administração deverá ser utilizado também para a confecção do edital, tendo em vista a relação entre os valores apresentados e efetivamente cotados. Sugere-se, portanto, a manutenção valor de R\$ 4,98 para o custo por litro de combustível, conforme utilizado na cotação de preços.

Diante disso, ultrapassada todas as etapas da fase interna o referido processo deverá passar pelo crivo jurídico para iniciar a fase externa.

## V – Conclusão



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 020/21 Fls. 87  
mb  
CPL

Processo administrativo/CPL nº 020/2021

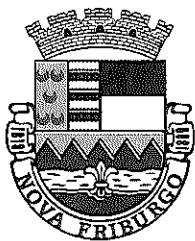
Referência: Pregão presencial nº 002/2021 – administração, gerenciamento e intermediação de abastecimento da frota de veículos

Observando as diretrizes traçadas no presente parecer, o controle interno não identifica óbices a continuidade do presente processo, opinando pelo prosseguimento para as demais fases do processo licitatório, principalmente acerca do necessário parecer jurídico e o estrito cumprimento das observações ali mencionadas.

É o parecer. À análise jurídica e observação dos critérios de oportunidade e conveniência.

Nova Friburgo, 04 de fevereiro de 2021.

  
**Hugo Lontra**  
Secretário de Controle Interno  
Câmara Municipal de Nova Friburgo  
Mat. 348



# Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro

À PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE NOVA FRIBURGO – RJ.

PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 020/2021  
Fl. 88  
CPL

Para cumprimento da determinação do Sr. Secretário Geral da Câmara Municipal de Nova Friburgo, Sr. James de Barros, visando à contratação do serviço de administração, gerenciamento e intermediação do abastecimento da frota de veículos da Câmara por cartão magnético, em rede de postos credenciados, esta Comissão de Licitações solicita parecer sobre o Processo Administrativo/CPL nº 020/2021, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021, cuja documentação segue anexa.

Levando em consideração os quantitativos estimados no Termo de Referência encaminhados pelos gestores do contrato atual, a CPL estima a compra de 24.000 (vinte e quatro mil) litros de gasolina comum para um contrato que por doze meses. Além disso, a partir das cotações em anexo, foram estimados os valores anuais das taxas cobradas pelas empresas administradoras deste tipo de serviço.

Contudo, no momento da cotação de preços, apurou-se a estimativa de R\$ 4,98 (quatro reais e noventa e oito centavos) o litro da gasolina comum com base no relatório de levantamento de preços realizado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP no período de 10/01/2021 a 16/01/2021. Posteriormente, foi totalizando o valor global de **R\$ 121.800,00 (cento e vinte e um mil e oitocentos reais)** para o valor total da Licitação, sendo um subtotal anual de 120.000,00 (cento e vinte mil reais) referentes ao consumo de gasolina (atualizado o preço unitário do litro da gasolina comum a R\$ 5,00, de acordo com relatório de levantamento de preços da ANP no período de 17/01/2021 a 23/01/2021) e um subtotal anual de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) referente à taxa de administração cobrada pelo serviço, calculado a partir da mediana dos valores apresentados na coleta de preços realizada pela CPL, o que resultou num percentual de **1,5% (um e meio por cento)** sobre o preço da gasolina. Conforme parecer do Controle Interno, foi corrigida a minuta do edital no tocante aos valores, conforme tabela abaixo, seguindo os mesmos parâmetros da cotação de preços.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR ESTIMADO TOTAL(R\$)
01	Gasolina comum	24.000 (vinte e quatro mil) litros	4,98 (quatro reais e noventa e oito centavos)	119.520,00 (cento e dezenove mil reais e quinhentos e vinte reais)
02	Serviço de administração, gerenciamento e intermediação através de cartão magnético	12 (doze) meses	1,5% (um e meio por cento)	1.792,80 (um mil setecentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)
Total Anual Estimado:				R\$ 121.312,80 (cento e vinte e um mil, trezentos e doze reais e oitenta centavos)

Sendo assim, a Comissão Permanente de Licitações reuniu a documentação necessária à instrução do processo licitatório em questão, e requer da Procuradoria Jurídica parecer a respeito dos procedimentos elencados. Aguardamos pronunciamento.

Nova Friburgo, 04 de fevereiro de 2021.

  
**SÍLVIA ZVEITER DE ALBUQUERQUE ROCHA**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO



**Assunto: Licitação**  
**Pregão nº 002/2021**

Trata-se de solicitação de parecer jurídico quanto ao edital relativo ao certame licitatório em tela, cujo objeto versa sobre ***“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, E INTERMEDIÇÃO DO ABASTECIMENTO DE FROTA DE VEÍCULOS DA CÂMARA DE NOVA FRIBURGO”***.

Inicialmente, cabe destacar que a composição de custos/preços e demais aspectos formais que devem instruir o feito não é de competência da Procuradoria, devendo, entretanto, a Pregoeira, atentar rigorosamente para o que reza a legislação e orientações do Controle Interno, sendo certa que jamais poderá violar o princípio da legalidade e economicidade.

De acordo com a estimativa de valor fixada para a contratação desejada, a princípio não há objeção para a modalidade estabelecida, devendo a CPL observar eventuais contratações anteriores que possam interferir no caso em tela, evitando assim fracionamento de despesa.

Com relação a quantidade necessária, instrução do processo, preço estimado, a opção e especificação dos produtos/serviços (termo de referência) e forma de execução do contrato, esta Procuradoria não possui capacidade funcional e técnica para tanto, de forma que não há como enfrentá-los, aferi-los e ratificá-los. Entretanto, deve ser alertado a Pregoeira e demais órgãos de controle que todas as condições do Edital devem propiciar maior competitividade e economicidade, sem cláusulas restritivas de participação e desnecessárias para a disputa em comento.

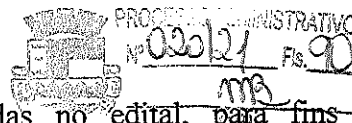
Também deve ser observado se todas as cláusulas necessárias por força legal estão contempladas no bojo do edital.

Importante frisar que não se pode, em hipótese alguma, contratar o objeto ora licitado sem observância do princípio da economicidade e planejamento, isso para evitar prejuízo ao erário municipal.



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO



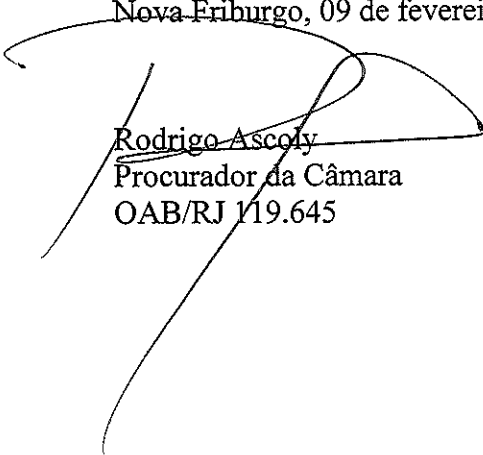
Nota-se, ainda, que as exigências contempladas no edital, ~~para fins de~~ habilitação, devem se limitar estritamente àquelas autorizadas pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas aplicáveis à espécie, evitando, portanto, restrição ao caráter competitivo e vício de legalidade.

Assim sendo, antes de deflagrar o certame, deve a Pregoeira observar o contido neste parecer, assim como o preenchimento de **todos os requisitos formais exigidos pelas normas aplicáveis ao caso, de forma que não conste qualquer espécie de direcionamento e restrição ao caráter competitivo, bem como violação ao princípio da legalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sendo certo que não pode haver excessos para evitar frustração ao caráter competitivo.**

Não estando o procedimento e o edital revestidos de todos os requisitos legais, sem exceção, o mesmo deverá ser **suspenso imediatamente**, não podendo, portanto, ser deflagrado.

O presente parecer é de cunho opinativa, não vinculativo.

Nova Friburgo, 09 de fevereiro de 2021.

  
Rodrigo Ascoly  
Procurador da Câmara  
OAB/RJ 119.645